

O CONCEITO DE TERRITÓRIO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

THE CONCEPT OF TERRITORY IN GEOGRAPHY TEACHING: AN EXPERIENCE REPORT IN SUPERVISED INTERNSHIP

Recebido em: 12/08/2023

Aceito em: 07/04/2024

Publicado em: 30/05/2024

Fabrcio Paula de Souza¹ 

Universidade Federal do Rio Grande

Rita de Cássia Grecco dos Santos² 

Universidade Federal do Rio Grande

Juliana Cristina Franz³ 

Universidade Federal do Rio Grande

Resumo: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa teórica sobre Geografia Escolar no processo de escolarização e a importância do ensino de Geografia por meio dos conceitos geográficos, que subsidiaram uma atividade prática de ensino. Entendendo a importância da inserção e de aprofundamento epistemológico nas práticas de ensino de geografia, o texto busca, a partir de reflexões teóricas, a inclusão do conceito de Território para a investigação das dinâmicas populacionais na formação do território brasileiro, em sala de aula. A partir disso, apresenta-se a experiência de estágio supervisionado desenvolvida no Ensino Médio, do curso de Geografia Licenciatura, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. O conceito de Território apresentado busca compreender as relações concretas e funcionais estabelecidas entre os grupos sociais e o Espaço Geográfico, sem limitar-se a isto, mas compreendendo-o também a partir de relações culturais e a pluralidade do território brasileiro, dada suas características peculiares em tamanho de área, diversidade ecossistêmica e cultural. Constatou-se que, a partir da prática de ensino desenvolvida no estágio, foi possível expandir o entendimento dos alunos sobre o próprio conceito de território e também da formação territorial do Brasil em voga, permitindo discutir sobre as categorias população e território, bem como as dinâmicas migratórias contemporâneas.

Palavras-chave: Geografia Escolar; Estágio Supervisionado; Ensino de Geografia; Território.

Abstract: This article presents the results of a theoretical research on School Geography in the schooling process and the importance of teaching Geography through geographical concepts, which supported a practical teaching activity. Understanding the importance of the insertion and epistemological deepening in the teaching practices of geography, the text seeks, through theoretical reflections, the inclusion of the concept of Territory for the investigation of population dynamics in the formation of the Brazilian territory in the classroom. Based on this, the experience of supervised internship developed in High School, in the Geography Teaching degree program at the Federal University of Rio Grande - FURG, is presented. The concept of Territory presented seeks to understand the concrete and functional relationships established between social groups and the Geographic Space, without being limited to this, but also understanding it based on cultural relations and the plurality of the Brazilian territory, given its peculiar characteristics in terms of area size, ecosystemic and cultural diversity. It was found that, through the teaching practice developed in the internship, it was possible to expand the students' understanding of the concept of territory itself and also of the territorial formation of Brazil in question, allowing for a discussion on the categories of population and territory, as well as contemporary migratory dynamics.

¹ Mestrando em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: fabriciosouza879@gmail.com

² Doutora em Educação, Instituto de Educação – IE, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: ritagrecco@yahoo.com.br

³ Doutora em Geografia, Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: julianafranz@gmail.com

Keywords: School Geography; Supervised Internship; Teaching Geography; Territory.

INTRODUÇÃO

Este texto constitui-se a partir da experiência na Disciplina de Estágio Supervisionado, do curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande. Tal disciplina compõe o desenho curricular do Curso de Geografia Licenciatura do Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sendo requisito para a titulação de licenciado na referida área.

O período de estágio foi realizado em uma Turma de 3º Ano do Ensino Médio, em que buscou-se trabalhar o conceito geográfico de Território como instrumento didático para o Ensino de Geografia, sendo o conteúdo curricular programado dividido em dinâmicas populacionais e movimentos migratórios no Brasil.

A metodologia empregada para a construção deste texto é de natureza exploratória qualitativa, por meio da utilização das técnicas de revisões bibliográficas. Segundo Gil (2009) a pesquisa bibliográfica possui a função de analisar o que já foi desenvolvido sobre o tema estudado, e a análise é realizada principalmente em livros e artigos científicos.

Visualizando a relação entre a construção do conhecimento curricular da geografia a partir de conceitos (CAVALCANTI, 2005; 2019) e a importância do adensamento epistemológico da/na prática de sala de aula (KAERCHER, 2007; REIS JUNIOR; SILVA; FIGUEIREDO, 2018), tal revisão bibliográfica direcionou-se ao conceito de Território e sua contribuição no ensino de Geografia.

O texto, assim, apresenta inicialmente a relevância da geografia escolar no processo de escolarização, destacando-a como ferramenta que possibilita aos alunos novas formas de pensar o Espaço Geográfico em que se inserem. O texto aborda a importância e os desafios do ensino de Geografia como disciplina escolar e destaca a necessidade de pensar a Geografia como um campo disciplinar consolidado, com fundamentos teóricos consistentes, que vá além da mera descrição do espaço, lugares, pessoas e sociedade, com a centralidade e a importância do papel do professor em transformar o conhecimento tácito e vivido dos alunos em conteúdo curricular, relacionando-o com os conceitos e conteúdos da Geografia.

Além disso, o texto apresenta uma pequena teorização acerca do conceito de Território, com destaque a sua concepção multidimensional, em que se configura na trama de relações concretas e funcionais, e também simbólicas e afetivas que as sociedades desenvolvem com o Espaço Geográfico. Por fim, tais reflexões são costuradas com a experiência de estágio

Página 2 de 13

DOI: <https://doi.org/10.56579/rei.v6i1.1274>

supervisionado, encerrando o texto com o relato desta experiência na sala de aula.

UMA GEOGRAFIA ESCOLAR QUE POSSIBILITE PENSAR GEOGRAFICAMENTE

A Geografia constitui-se como uma disciplina curricular obrigatória e, enquanto campo disciplinar dispõe de meios próprios na investigação de fenômenos da realidade empírica. A preocupação da afirmação da Geografia como um campo disciplinar consolidado, epistemologicamente/teoricamente consistente, nesse sentido, tem levado a questionar a sua importância da ciência geográfica como uma produção para além de uma descrição do Espaço, dos lugares, do homem e da sociedade.

Para Kaercher (2007), a Geografia Escolar é uma disciplina que por sua gama de assuntos e amplitude de temas fala por si, possuindo tanta informação e densidade conceitual que as aulas não necessitam muitos esforços para se tornarem interessantes. Entretanto, parafraseando este autor, existem sim, continentes, povos, culturas, países, mas por que estudá-los? Por que isto é Geografia? Ontologicamente e pedagogicamente torna este um dilema que impactam o pensar e o fazer o ensino de Geografia.

Cavalcanti (2019) retoma a partir de elementos da didática para a compreensão da relevância, contribuição e atribuição da geografia no ensino, e do ensino na geografia. Tal provocação se direciona a uma proposição: a de que o ensino de Geografia deve fomentar o aluno a pensar geograficamente. Para isto, inicialmente, três perguntas são relevantes para este entendimento: Porquê ensinar Geografia? Que Geografia ensinar? Como ensinar de forma que o aluno possa aprender?

Dada a relação natural de existência dos alunos com o mundo, a Geografia se insere nos currículos escolares visando pensar estas relações da sociedade com o meio. Desta forma, a proposta de Cavalcanti (2019) supõe compreender a relevância da Geografia a partir da compreensão dos alunos enquanto sujeitos ativos, produtores e reprodutores de espacialidades em seus cotidianos, de forma que a geografia escolar se estabeleça como local promotor de aprendizagens e reflexões de forma significativa, para instrumentalizar estes sujeitos em construção em diferentes maneiras de pensar e interagir com o mundo e em sociedade, geograficamente, ou seja, pensar pela Geografia, uma vez que tais relações com o Espaço Geográfico é condição primordial da vida.

Mas neste sentido, que Geografia ensinar? Considerando a Geografia como plural, teórico e metodologicamente, a forma de lapidar os meios pelos quais se torna possível o desenvolvimento de um modo de pensar que se diz geográfico é a partir da reflexão. Neste

ponto, observa-se a preocupação de Reis Junior, Silva e Figueiredo (2018), quanto ao aprofundamento epistemológico da prática do professor de Geografia, que corrobora com o que busca refletir Kaercher (2007). Se por um lado, o artigo de Reis Junior, Silva e Figueiredo (2018) analisam a incorporação da teoria do conhecimento, da filosofia e epistemologia da Geografia, no campo do Ensino de Geografia, a partir de manuais acadêmicos e livros escolares, Kaercher (2007) vai além, questionando, também, a importância da apropriação epistemológica na prática do ensino de Geografia (na identidade docente) para instrumentalizar os alunos para a leitura das realidades, deixando de pautar uma geografia meramente descritiva, onde as

[...] aulas de Geografia façam sentido para os alunos sem, no entanto, a ilusão de que o que se fala em aula seja necessariamente útil imediatamente aos alunos. Que supere a ideia de que a Geografia é um somatório de informações acerca da natureza, dos lugares e dos povos que habitam a Terra, ou seja, que fala de tudo e todos. Falta-nos, geralmente uma visão que ligue, mas sem cimentar nem congelar, os fatos e dados vistos nas aulas. Parece que temos uma Geografia Fast Food. É rápida! Em minutos, fala de muitas coisas, mas pouco se aprofunda (KAERCHER, 2007, p. 42).

Assim, Cavalcanti (2019) retoma que a prática de ensino de Geografia que se faça significativa não se limita ao ensino de conceitos, mas na tradução das situações cotidianas vivenciadas pelos alunos por leituras geográficas. Assim, ao debruçar-se no objeto da Geografia, o Espaço Geográfico, essa totalidade pode ser investigada, pensada, visto que os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem em Geografia são sujeitos ativos, que mesmo estão em constante relação com o espaço, produzindo espacialidades.

Neste contexto, nota-se que o auxílio do professor é importante por facilitar a transformação do saber tácito, do vivido, do cotidiano em conteúdo curricular, em saber científico, filosófico e relacionar com os conceitos e conteúdos da Geografia; na valorização do indivíduo, suas relações já estabelecidas e suas aprendizagens já construídas (KAERCHER, 2007).

Para isto, faz-se necessário tomar partido de uma postura profissional que instrumentalize a fomentar uma consistência pedagógica, onde, durante as aulas de Geografia, o professor possa ser um companheiro no desenvolvimento da aprendizagem, mas sem perder o escopo que é sua responsabilidade com o aprender dos alunos. Kaercher (2007), enfatiza para esta Geografia como um gigante com pés de barro, de uma prática que, muitas vezes, se vale de um construtivismo pobre de estímulos para todo o potencial de aprendizagem, através de uma liberdade absoluta na construção do conhecimento a partir de uma apropriação equivocada sobre a participação dos alunos como protagonistas de sua construção.

De acordo com Cavalcanti (2005, p. 139):

Para compreender o processo de formação de conceitos, nas crianças e nos adultos, é preciso partir de um entendimento do processo de construção e reconstrução de conhecimento e de seu conseqüente desenvolvimento intelectual. Na linha psicológica sociointeracionista ou socioconstrutivista, as funções mentais do homem (percepção, memória, pensamento) desenvolvem-se na sua relação com o meio sociocultural, relação essa que é mediada por signos. Assim o pensamento mental, a capacidade de conhecer o mundo e de nele atuar é uma construção social que depende das relações que o homem estabelece com seu meio. Nessa relação o sujeito tem um papel ativo, mas as funções mentais desenvolvem-se na interação do sujeito, em atividade, com o mundo.

Assim, quando Cavalcanti (2005) afirma a importância de retomar os conhecimentos da vida cotidiana para tornar útil e facilitar o processo de ensino-aprendizagem, dentro de uma perspectiva didática crítico-social, também enfatiza o papel da escola na construção da cidadania.

APONTAMENTOS SOBRE O CONCEITO DE TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA

Para Milton Santos o território é uma porção do espaço que é apropriada e organizada por um grupo social, lhes garantindo determinados privilégios sobre seu uso (SANTOS, 2006). Neste sentido, “o território, então, pode ser interpretado como um produto social que foi construído pelo trabalho dos homens sobre o espaço” (FRANZ, 2020, p. 55).

O território se coloca como um espaço construído e organizado socialmente, cuja definição de limites e abrangência e espacialização das relações de poder possibilita a apropriação da terra como fonte de recursos úteis à subsistência de quem a possui, através de sua dimensão funcional, ou seja, por relações de dominação e apropriação por grupos sociais (HAESBAERT, 2004),

Inicialmente, palavra território deriva do latim *territorium*, por sua vez, derivada do vocábulo *terra*, que sumariamente relaciona com a materialidade (terra) e o terror, aterrorizar, como advertir as pessoas externas dos limites de tal jurisdição (HAESBAERT, 2004). O termo, assim, possui relação com a concepção clássica de território e sua dimensão material e no âmbito do poder político. A autor adverte para diferentes concepções do território de base materialista: as naturalistas, as de base economicistas e as jurídico-políticas; bem como, também, concepções mais idealistas: do território “enquanto representação e valor simbólico” (HAESBAERT, 2004, p. 71).

Para Haesbaert (2004), o conceito de território não se limita a sua concepção clássica, mas se insere em uma problemática maior, em que há a superação de uma concepção de território geograficamente espacializado por relações de poder político, mas se mostra através da subversão das fronteiras, sobretudo as nacionais, para distintas identidades territoriais, que excedem a conformação de territórios meramente funcionais. Para ele,

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espço, “desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou 'cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, p. 95-96).

Enquanto dimensão de dominação e apropriação “funcional”, o território fundamenta a compreensão das relações entre diferentes grupos sociais e para a análise das desigualdades que se estabelecem no Espaço e se expressa de forma mais concreta, com a impossibilidades de uso de determinadas porções do Espaço que foram territorializadas.

Contribuindo para elucidar tal dimensão política e econômica, visualizada na escala do poder, Porto-Gonçalves assinala que

[...] os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, assim, sempre afirmam os sujeitos sociais que por meio deles se realizam. Por isso, mais que a idealização de qualquer territorialidade é preciso verificar as relações que as conformam (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 179).

No contexto da modernidade em transição para a pós-modernidade, o embate da dimensão funcional do conceito de território se dá mediante a problemática da sobreposição de diferentes apropriações. Destaca-se a institucionalização do território, que se caracteriza por uma série de mecanismos de controle e de disciplinamento do território nacional por intermédio do Estado, visando estabelecer uma ordem social e política que atenda aos interesses da classe dominante, que incluem o uso da violência física, a criação de instituições regulatórias e a formação de aparatos de vigilância e controle. (HAESBAERT, 2004; FOUCAULT, 2014). Ou seja,

[...] falar em não reconhecimento de múltiplas territorialidades e de sua deslegitimação por parte do Estado, implica em não reconhecimento de direitos sobre um espaço de vida e trabalho produzindo o que muitos autores qualificam como processos de desterritorialização (GODOI, 2014, p. 446).

Indo além, nesta compreensão acerca do território, cabe destacar que concepções limitadamente associadas ao poder político representam invisibilidades das interpretações mais amplas das conformações territoriais na atualidade. Saquet (2003) argumenta que o território é composto de dimensões indissociáveis, de forma relacional e multidimensional entre econômico, político, cultural e natural (EPCN).

Sintetizando, não despreza-se a dimensão social e as relações conflituosas de uso e apropriação do/no território, dada a sua dimensão histórica, estrutural, política e econômica, no entanto, sem também desprezar a dimensão da natureza (inorgânica), seus ciclos, limites e potencialidades, e a força da dimensão cultural no resgate, manutenção, apego e construção de noções de território e territorialidade por intermédio da identidade.

A concepção de território por Haesbaert (2004) preserva elementos centrais, como a política, a economia e a natureza, ao mesmo tempo em que reforça o caráter dinâmico do território como socialmente construído, através também de apropriações simbólicas, afetivas e subjetivas, “a transformação contemporânea dos sentimentos de identidade tem repercussões sobre a territorialidade: ela leva a uma reafirmação apoiada nas formas simbólicas de identificação.” (CLAVAL, 1999, p. 20) como menciona Haesbaert (2004, p. 96), que “cada classe ou instituição pode “territorializar-se” através de processos mais funcionais [...] ou mais simbólicos, na relação que desenvolvem com seus espaços”.

Entendendo que estas macrodimensões instrumentalizam a discussão das dinâmicas populacionais, sobretudo, se analisarmos a população através da política, da cultura, da economia e da natureza, ou, tal como proposto por Haesbaert (2004.), em agenciamentos que superam uma apropriação do espaço a partir de relações concreto/funcionais, como nos Territórios-nação, para uma apropriação cultural-simbólica, onde se observa a presença de múltiplas territorialidades (HAESBAERT, 2004).

Para adensar a discussão das dinâmicas populacionais em atividades escolares, o Território passa ser um conceito a ser explorado. No tópico a seguir, relata-se sobre uma atividade desenvolvida envolvendo o conceito de território no estudo dos movimentos migratórios, no Estágio Curricular Supervisionado de Geografia.

TRABALHANDO O CONCEITO DE TERRITÓRIO NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE GEOGRAFIA

Sem perder o escopo desta análise que é a relevância de trabalhar os conceitos da Geografia no espaço da escola, reforça-se ainda a importância do estágio supervisionado para

o processo de aprendizagem do professor de Geografia. Zinke e Gomes (2015) relatam sobre as experiências nas observações de estágio, firmando que o processo de pesquisa é também umas das ferramentas que integram os estágios na docência, sendo parte crucial no processo de compreensão do campo de atuação do professor, das relações que se estabelecem e das realidades sociais presentes no cotidiano da escola. Pimenta e Lima (2006) conceituam o estágio na docência enquanto espaço de produção do conhecimento, salientando a possível constituição do estágio enquanto pesquisa, fruto desta formação de professor-pesquisador da sua prática, na procura por

[...] conhecer e explicar o ensino e a aprendizagem em situações escolares, para estudar as ações dos docentes, coletivamente considerados, nos contextos escolares, desenvolvendo teorias a respeito dos saberes e conhecimentos docentes em situação de aula e, posteriormente, sobre a produção de conhecimentos pelos próprios professores e pela escola (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 16).

Com objetivo era compreender como o território se circunscreve a partir da relação de apropriação sociedade-espaço, retomando um pouco como se deu o processo de ocupação das populações e a regionalização do território brasileiro, a prática de estágio supervisionado ocorreu envolvendo os movimentos migratórios entre as regiões. As discussões iniciais partiram do conceito de Território, em Haesbaert (2004) e suas dimensões.

Para trabalhar tal conceito, associado aos movimentos migratórios, iniciou-se com o aprofundamento a dimensão concreto/funcional, que distingue extremos deste “*continuum*” entre funcionalidade e simbolismo que assume o território, a qual focaliza-se, na primeira aula, os “territórios de dominância “funcional”: “processos de dominação” e “território como recurso, valor de troca” (HAESBAERT, 2004, p. 23-24).

De forma inicial, busca-se problematizar o entendimento sobre o próprio conceito que cada um trazia previamente, reforçando o conhecimento prévio dos estudantes. A partir dos primeiros questionamentos levantados, colocaram-se em discussão as relações de poder e funcionalidade, e as relações simbólicas, buscando esta diferenciação. A forma como as populações surgem e se distribuem território brasileiro formando as diferentes regiões denotam a importância que o território assume nestes entendimentos.

O conteúdo destacado em sala de aula para subsidiar as reflexões acerca da formação do território como valor de uso são embasadas em Figueiredo (2016). Este autor (2019, p.12) aborda a formação territorial brasileira em sintonia com o processo de povoamento e construção regional e os caminhos que levaram à unidade territorial do país, resultando no complexo

mosaico territorial contemporâneo. Iniciando pela peculiaridade, em que se destaca a pluralidade de circunstancialidades ecossistêmicas e ambientais, sua continentalidade e grandeza territorial em área física, e riquezas naturais, que situa-o enquanto locus do desenvolvimento de extensas ocupações humanas, “fortemente relacionadas com a exploração de seus recursos e, portanto, das potencialidades naturais contidas em seu território” em diferentes contextos históricos de ocupação.

De forma fragmentária, essa ocupação ocorrera conforme as necessidades produtivas de cada tempo, gerando degradação ao ambiente, de forma desigual entre as porções do território brasileiro,

os estados brasileiros herdariam dos períodos colonial e imperial uma divisão político-administrativa profundamente desigual em termos de sua dimensão territorial, de seu aproveitamento econômico e grau de ocupação. Desse modo, pode-se afirmar que, ainda hoje, essa herança marca a construção profundamente diferenciada do território brasileiro (FIGUEIREDO, 2016, p. 16).

Logo, a distribuição espacial das populações pode ser entendida associada aos processos históricos de exploração econômica, seus ciclos, bem como os fatores atrativos de montantes populacionais em migrações. Por certo tempo, tais fatores serviram de empecilho a composição de uma unidade territorial de estado-nação a se compreender como “brasileiro”, na medida em que, dado a desintegração e dispersão dos polos de atividade econômica, constituem ilhas de povoamento que não se comunicavam, incluindo diferenças culturais (FIGUEIREDO, 2016).

Os ciclos da economia, para Santos e Silveira (2001), condicionam estes movimentos de atração em pontos diferentes do espaço, não apenas de aparatos infraestruturais, mas de tecnologias, capital e pessoas.

A presença humana e a presença econômica são matizadas segundo os diversos momentos da ocupação e conforme as respectivas densidades atuais. É assim que, a partir das heranças, isto é, das solicitações originais próprias a cada momento do passado, e da participação das diversas parcelas do país nas lógicas econômicas, demográficas e políticas contemporâneas, produz-se o verdadeiro mosaico de regiões que hoje constitui a formação socioterritorial brasileira (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 250).

Para estes autores, o vasto território brasileiro se apresentava como a configuração de arquipélagos econômicos, vistos como contrários aos interesses do Estado, no período do Regime Militar, que buscava uma unidade territorial. Neste período, meados de 1960, usou-se de incentivos à ocupação de locais estratégicos ao desenvolvimento econômico de regiões

interioranas como estratégia de integração nacional, elucidadas na proposta e efetivação da criação de Brasília como capital federal, no centro do país (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Assim, no segundo momento de discussão, buscou-se o aprofundamento da dimensão simbólica do Território. Haesbaert (2004, p. 23) afirma que,

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de "funções" quanto na produção de "significados". O território é "funcional" a começar pelo seu papel enquanto recurso, desde sua relação com os chamados "recursos naturais" -"matérias-primas" que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s).

Para tal, o termo “Migrações Primárias” foi escolhido com fins didáticos, sendo encontrado em Risério (2013). Para Risério (2013, p. 219), antes de havermos diferenças regionais que configuram uma análise em cima das migrações contemporâneas, que ocorrem atualmente entre as regiões, as migrações entre os séculos XVI e XVIII, são importantes, visto que “[...] desenharam a fisionomia básica de um povo novo, gerado nas encruzilhadas do caldeamento entre negros principalmente bantos, índios predominantemente tupis e europeus majoritariamente portugueses [...]”. Este autor traz essa importante contribuição, auxiliando na compreensão, de forma didática, das primeiras conformações do povo brasileiro, permitindo uma distinção com as migrações secundárias, sendo estas, os movimentos migratórios que surgem depois de uma constituição identitária ao território.

Para Risério (2013), por exemplo, não se pode pensar na Bahia sem remeter-se aos Orixás e divindades africanas, sendo esta característica tão importante na constituição desta unidade federativa, que foi trazida do povo Iorubá não existindo no Brasil, antes destas chamadas migrações primárias. Uma vez colocada essa relação de construção identitária e cultural dos diversos espaços no Brasil, toma-se nota da dimensão cultural das formações territoriais e do território brasileiro propriamente.

Sendo o Brasil um país de dimensões continentais, tal destaque se dá para a diversidade cultural presentes no território. Cada parte do país possui suas próprias tradições, costumes, culinárias e manifestações artísticas que refletem a história e as influências culturais presentes em cada localidade, resultando em um país identificado pela multiculturalidade (BUSTAMANTE; SILVA, 2019). No Norte e Nordeste do Brasil, os alunos chegaram a percepção da presença da cultura indígena, com suas pinturas corporais, danças e rituais sagrados, e a cultura afro-brasileira, com sua rica herança musical, como o frevo, o maracatu e

o samba de roda, além da culinária marcada pelo acarajé e o vatapá. No Sul, os estudantes citam a influência europeia como notável, com destaque para as tradições alemãs e italianas, presentes na arquitetura, na gastronomia e nas festas típicas. Tais questões tornam, assim, o país ainda mais fascinante e rico em termos de expressões culturais.

No entanto, reforçou-se que a diversidade cultural no território brasileiro não se limita apenas às tradições e manifestações artísticas, mas também abrange aspectos sociais, econômicos e históricos, em que região possui características distintas em relação à ocupação do território, aos modos de vida e às atividades econômicas predominantes. Enquanto na região amazônica predominam as comunidades ribeirinhas e a relação estreita com a floresta, no Centro-Oeste encontramos uma forte presença do agronegócio e das comunidades indígenas, que lutam pela preservação de suas terras. No Sudeste, temos a maior concentração urbana e industrial do país, com uma influência multicultural muito forte, enquanto no Sul predominam as atividades agropecuárias e a presença de imigrantes europeus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a relevância da Geografia escolar pode ser constantemente repensada para qualificar o ensino de geografia possibilitando aos alunos pensar geograficamente sobre as situações cotidianas. Reconhece-se que, apesar dos desafios diários que condicionam a prática profissional, existem alternativas para aqueles que desejam transformar sua prática em uma oportunidade de mudança, por meio da reflexão, da pesquisa, da ação e da responsabilidade que surge da identidade docente de cada profissional.

Embora a questão territorial tenha sido uma constante ao longo da história humana e esteja presente no cotidiano escolar, apresentando uma riqueza para o pensamento geográfico, abordá-la no ensino básico pode ser complexo, exigindo estudo, tempo e planejamento adequados. Nesse sentido, o Estágio Supervisionado torna-se um espaço privilegiado de pesquisa sobre tais assuntos.

Essa reflexão reforça a necessidade mencionada anteriormente de inserir os conceitos da Geografia nas práticas de ensino, destacando que eles estão presentes no cotidiano dos alunos e é importante compreendê-los historicamente. Além disso, ao abordar o Território, ressalta-se a importância desse conceito para que os alunos se percebam como agentes produtores de espaços e que os conceitos geográficos surgem da necessidade de compreender as dinâmicas da sociedade, sejam elas demográficas, ambientais ou econômicas, desde a escala local até a global.

A historicidade de cada fato permitiu que os alunos acompanhassem o raciocínio sobre os conceitos estudados, demonstrando as diferentes conotações que o Território assume em cada recorte histórico de cada grupo social, o que possibilitou uma melhor aprendizagem do conteúdo conceitual, juntamente com a assimilação do pensamento geográfico em seus aspectos operacionais. Por fim, pode-se afirmar que essas escolhas foram importantes para uma experiência de estágio bem-sucedida.

REFERÊNCIAS

BUSTAMANTE, Ana Maria Goulart. SILVA, Jorge Kleber Teixeira. Diversidade e patrimônio cultural. In: FIGUEIREDO, Adma H. de (Org.) **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 435p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884.pdf>. Acessado em: 10 abr. 2023.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cotidiano, Mediação Pedagógica e Formação de Conceitos: uma contribuição de Vygotsky para o ensino de Geografia. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago de 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 10 de out./2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, v. 1, n. 2, p. 7-26. 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Leya, 2014.

FIGUEIREDO, Adma H. de. Formação Territorial. In: FIGUEIREDO, Adma H. de (Org.) **Brasil: uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 435p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97884.pdf>. Acessado em 10 abr. 2023.

FRANZ, Juliana Cristina et al. **Imigração e colonização alemã no Vale do Taquari/RS: as descontinuidades e as continuidades do processo de identificação territorial**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade: Trajetória e Usos do Conceito. **Raízes**. v.34, n.2, jul-dez. 2014. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br>. Acesso em: 19. mai. 2023.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KAERCHER, N. A. A geografia escolar: gigante de pés de barro, comendo pastel de vento num Fast Food? **Terra Livre**: Presidente Prudente, v 23, n. 28, jan-jun. p. 27-44. 2007.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e Docência: diferentes concepções. **Revista Poiesis**, v. 3, n. 3-4, p. 5-24. 2006.

REIS JUNIOR, Dante F. Costa; SILVA, Barbara Mayanne; FIGUEREIDO, Evelyn L. Dias. “Natureza da ciência geográfica”: diagnóstico e possibilidades de inserção de epistemologia no ensino escolar e na formação de professores de geografia. **Ciênc. educ.** Bauru, v. 24, n. 1, p. 191-208. 2018.

RISÉRIO, Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica, Razão e Emoção. 3 ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **Brasil**: Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAQUET, M. A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: **Encontros de Geógrafos da América Latina**, 2005, 10. Anais. São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S1679-3951201800040078800030&lng=en. Acessado em: 19 de out. 2019.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins, RS. EST Edições, 2003.

ZINKE, I.A.; GOMES, D. A prática de observação e a sua importância na formação do professor de geografia. **EDUCERE**: XII Congresso Nacional de Educação. Puc. Paraná. 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18655_7820.pdf. Acesso em 18 abr. 2019.